

FEAM	
Protocolo nº: 190-667/03	134
Divisão: FEAM	FL. Nº
Mat.	Visto

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº00170/1986/006/2005

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte médio.

Interessado: FAMOTEC FABRICA MODERNA DE TECIDOS S/A.

PARECER JURÍDICO

Relatório:

A sociedade foi autuada pela FEAM, em 17/05/2005, por "*Descumprir total ou parcialmente o termo de compromisso firmado com o COPAM em 20-4-2004, tendo em vista que não conclui e não deu início a operação da segunda fase do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários*". A CID/COPAM aplicou a multa de R\$ 26.603,56 alterada para R\$20.001,00 na forma do disposto no artigo 96 do decreto nº 44.844/08, quando do julgamento do pedido de reconsideração.

Inconformada a sociedade interpôs Recurso dirigido à Câmara Normativa Recursal do COPAM, tempestivamente, onde em síntese alega:

- a recorrente e a FEAM entabularam um termo de compromisso, na qual consignaram conforme item 2, que a empresa implantaria e o operaria o sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários, 2ª fase (tratamento secundário) até a data de 18/12/2004;
- o termo prevê a prorrogação do prazo e houve incidentes que interromperam tanto a unidade produtiva como a consecução da operação do sistema de tratamento;
- a recorrente de imediato protocolou um pedido de prorrogação até 31/07/2005 para cumprir e concluir as obras do sistema até 31/12/2005;
- foi enviado, ainda, uma análise dos resíduos com acompanhamento fotográfico e cronológico das obras da ETE na qual não houve por parte do órgão nenhum parecer ou decisão, não sendo intimado de qualquer decisão acerca, devendo tal ato, ser declarado nulo de pleno direito;
- não restou caracterizado nenhum dano direto ao meio ambiente sendo a infração desproporcional;

[Assinatura]

- o próprio parecer atesta que a recorrente após o pedido de prorrogação que se deu em novembro de 2004, ou seja, 1 mês antes do vencimento do termo e que a empresa cumpriu o item 2 somente em maio de 2005, 05 meses após o prazo concedido pelo COPAM;
- tal infração é ilegal e confiscatória, não se baseando e muito menos fundamentando em laudo técnico de qualquer prejuízo direto ao meio ambiente;
- na fixação da multa não foi observado o artigo 27 do decreto nº 44.844/08;
- a operação do sistema ocorreu apenas 1 mês após o julgamento do pedido de prorrogação de prazo pelo COPAM;
- requer a redução da multa aplicada.

Do ponto de vista jurídico, a recorrente não apresentou nenhuma argumentação capaz de descaracterizar a infração descrita no auto de infração.

Entende esta Procuradoria que a recorrente não apresentou nenhuma alegação ou justificativa pelo descumprimento da condicionante de nº 2 do Termo de Compromisso firmado como o COPAM onde estabelecia a *instalação e operação do sistema de tratamento de efluentes líquidos e industriais e sanitários, 2ª fase (tratamento secundário); tanques de aeração, floculador, decantador secundário, medidor de vazão, tanques de produtos químicos, estação elevatória de lodo, adensador de lodo, prensa desidratadora e casa de química.*

Pretende o recorrente afirmar de que não causou nenhum dano ao meio ambiente ao operar seu empreendimento sem o adequado sistema de tratamento, o que não pode prosperar, como poderemos demonstrar.

O recorrente protocolou pedido de prorrogação de prazo de atendimento da citada condicionante de nº 2 ao COPAM que decidiu indeferir o pedido e aprovou a moção de suspensão das atividades da empresa, uma vez o termo de compromisso firmado e descumprido, além de visar a redução de multa do Auto de Infração de nº 203/1999, correspondia as condicionantes da LO obtida em 18-12-2002.

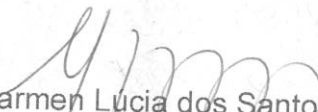
Dessa forma, podemos afirmar, facilmente, que não cabem questionamentos sobre a validade da multa ao recorrente que exerce suas atividades, sem controle de suas fontes em desacordo com as normas ambientais.

Conclusão:



Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar a decisão anterior de manutenção da multa, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, s.m.j.


Carmen Lucia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9